



2017/2139(DEC)

25.10.2017

PROJETO DE PARECER

da Comissão dos Assuntos Jurídicos

dirigido à Comissão do Controlo Orçamental

sobre a quitação pela execução do orçamento geral da União Europeia para o exercício de 2016, Secção IV – Tribunal de Justiça (2017/2139(DEC))

Relator de parecer: Pavel Svoboda

PA_NonLeg

SUGESTÕES

A Comissão dos Assuntos Jurídicos insta a Comissão do Controlo Orçamental, competente quanto à matéria de fundo, a incorporar as seguintes sugestões na proposta de resolução que aprovar:

1. Congratula-se com o facto de a execução orçamental para o exercício de 2016 registar um nível muito elevado de utilização de dotações definitivas (98,23 %), ainda que ligeiramente inferior ao de 2015 (99,1 %), principalmente devido à entrada gradual, em 2016, de 12 novos juízes no Tribunal Geral;
2. Salaria que o orçamento do Tribunal de Justiça é apenas administrativo, sendo cerca de 75 % destinados às pessoas ligadas à instituição e o restante a edifícios, mobiliário, tecnologias da informação e despesas diversas de funcionamento;
3. Manifesta a sua satisfação pelo facto de o Tribunal de Contas, no seu relatório anual de 2016, não ter formulado qualquer observação sobre o Tribunal de Justiça, como acontece desde 2010; verifica que o Tribunal de Contas não elaborou recentemente qualquer relatório especial sobre o Tribunal de Justiça;
4. Assinala que as estatísticas de 2016 para os três tribunais que compõem o Tribunal de Justiça confirmam a tendência observada nos últimos anos em relação à duração média dos processos, que continua a ser satisfatória (no caso do Tribunal de Justiça, 15 meses para os pedidos de decisão prejudicial (face a 15,3 meses em 2015), 2,7 meses para os pedidos de decisão prejudicial urgente (face a 1,9 meses em 2015), 19,3 meses para ações diretas (face a 17,6 meses em 2015) e 12,9 meses para recursos (face a 14 meses em 2015));
5. Congratula-se com o facto de os três tribunais que compõem o Tribunal de Justiça terem encerrado na globalidade 1 628 casos em 2016, um número ligeiramente inferior aos 1 775 processos encerrados em 2015, mas ainda muito positivo;
6. Congratula-se com o constante aumento do número de acessos à aplicação «e-Curia» (número de contas de acesso: 3 599 em 2016, em comparação com 2 914 em 2015) e com o facto de, em 2016, todos os Estados-Membros terem utilizado a «e-Curia», demonstrando um aumento eficaz da sensibilização dos cidadãos para a existência e as vantagens desta aplicação;
7. Congratula-se com o facto de o Tribunal estar a envidar esforços no sentido de assegurar um equilíbrio entre mulheres e homens em cargos de elevada responsabilidade e com o facto de o Parlamento Europeu e o Conselho terem indicado, entre os seus objetivos, uma representação equilibrada dos géneros na nomeação dos novos juízes para o Tribunal Geral (a partir desta data, cinco juízas e duas advogadas-gerais fazem parte do organograma do Tribunal de Justiça e dez juízas fazem parte do organograma do Tribunal Geral).